

Ata de Número 386, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2022/2024).

1 Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, o Conselho  
2 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Palhoça reuniu-se em  
3 Assembleia Ordinária, com início às 14h, na Associação Laura dos Santos, localizada na  
4 Rua Pascoal Mazzilli, s/n - Brejaru, Palhoça. Estiveram presentes os seguintes  
5 conselheiros: Adriana Lamin (SMS), Adriana Saraiva Machado Leão (SMF), Alessandra  
6 Seemann (presidente Associação Laura dos Santos), Alexandra Bianca de Souza (SMMP),  
7 Ana Paula Machado (SMSP), Ariane Carla Adriano Mafrá (SME), Ariany Souza Rodrigues  
8 (Associação dos Bombeiros Comunitários), Daniela da Silva Bombazaro (APAE), Deisi  
9 Seemann (Associação Laura dos Santos), Janete da Silva Marcos (AEBAS), Maria  
10 Aparecida da Silva Martins (SMAS), Rosy Ellen Bento Neves Mathias (CADI), além da  
11 secretária executiva do CMDCA, Eriane Martins, e da assistente administrativa, Huaina  
12 Schmitz. Não houve justificativa de ausência. Com quórum estabelecido, a presidente  
13 Sra. Alexandra Bianca de Souza deu início à reunião saudando os participantes e, em  
14 seguida, prosseguiu com a aprovação das atas da 385ª reunião ordinária do CMDCA  
15 (agosto/2024) e da reunião extraordinária de setembro/2024, que foi lida pela  
16 presidente, as quais foram aprovadas sem alterações. A presidente Alexandra antecipou  
17 um item de pauta, e concedeu a palavra ao Sr. Davi Moretto para uma apresentação de  
18 10 minutos sobre a FOPE (Força Pré-Militar Brasileira). Sr. Davi Moretto informou ser  
19 responsável pelo projeto FOPE em Palhoça e outros municípios. O projeto, com origem  
20 em São Paulo, está presente em 62 municípios e existe há 19 anos, atendendo  
21 aproximadamente 600 crianças em 11 locais de Palhoça. Ele explicou que o FOPE  
22 prepara jovens, de 14 a 16 anos, para a carreira militar, com ênfase em disciplina,  
23 respeito, hierarquia, princípios e valores. As atividades ocorrem presencialmente aos  
24 sábados, conduzidas por instrutores qualificados, como socorristas, bombeiros,  
25 militares da reserva ou chefes escoteiros. Complementou dizendo que também a FOPE  
26 oferece reforço escolar online, atendimento psicológico e acesso a 190 cursos  
27 profissionalizantes gratuitos para jovens e seus pais. Sr. Davi ressaltou que o objetivo  
28 principal é proporcionar uma perspectiva de futuro para os jovens, afastando-os de  
29 atividades ilícitas. Quanto às denúncias recebidas pelo CMDCA, a presidente Alexandra  
30 esclareceu que todas são verificadas. A primeira denúncia veio do Conselho Tutelar,  
31 relatando aumento de agressividade em crianças participantes do projeto. Após outras  
32 denúncias, e considerando uma representação no Ministério Público de Santa Catarina,  
33 o CMDCA recomendou a suspensão das atividades da FOPE em ambientes escolares até  
34 a conclusão das investigações. O Sr. Davi Moretto alegou que as denúncias relacionadas  
35 ao projeto FOPE em outros municípios foram arquivadas pelo Ministério Público e  
36 afirmou estar sofrendo perseguição política, mencionando que as denúncias seriam  
37 oriundas de grupos concorrentes ou professores contrários ao projeto. Também afirmou  
38 que a denúncia recebida pelo CMDCA foi feita por um grupo de escoteiros, que  
39 pretendia executar seu projeto em um condomínio que teria manifestado preferência  
40 pelo projeto FOPE. Mencionou que houve denúncias similares em São José, Bombinhas  
41 e Biguaçu, das quais atribuiu a sindicatos de trabalhadores ou professores. Declarou que

Ata de Número 386, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2022/2024).

a FOPE não realiza atividades de natureza política. A Sra. Alessandra Seemann, presidente da Associação Laura dos Santos, comentou que trabalha como professora em uma escola com o projeto da FOPE e considerou delicado afirmar que há doutrinação política por parte dos professores. A conselheira Ariany mencionou um equívoco relacionado ao projeto Bombeiro Mirim, desenvolvido pelos bombeiros, que muitos acreditam ser o projeto da FOPE. O Sr. Davi esclareceu que a FOPE também possui um projeto com esse nome e detalhou um acampamento de treinamento em emergências aquáticas realizado pela organização. Explicou que o objetivo era mostrar os riscos de praia, rio e mar. Informou que procurou o bombeiro Jeferson para colaborar, mas este entendeu que a FOPE estaria colocando em risco a vida das crianças e adolescentes ao ensiná-las. O Sr. Davi ressaltou que foi nesse momento que surgiu um ponto de vista divergente em relação à FOPE e acrescentou que já realizaram essa atividade com bombeiros de outras cidades. O Sr. Davi ainda mencionou um acampamento planejado para outubro em um parque aquático em Antônio Carlos, destacando que as crianças e adolescentes devem apresentar o boletim escolar como condição para poderem participar. Se não estiverem aptos, não poderão participar. Falou sobre o Programa Jovem Aprendiz da FOPE, citando elogios recebidos do RH do Giassi, que informou a intenção de contratar todos os jovens participantes do programa. Expressou o desejo de implementar o projeto da FOPE no Brejaru de forma gratuita, mas mencionou a dificuldade em encontrar instrutores dispostos a atuar especificamente na região. A conselheira Daniela ressaltou que o CMDCA não tem responsabilidade sobre a empresa FOPE; contudo, em relação às denúncias recebidas, deve fornecer retorno aos denunciante. A presidente Alexandra concluiu explicando que, por ser privada, a FOPE não necessita de inscrição no CMDCA. Informou que a síndica do condomínio foi notificada sobre a recomendação de suspensão das atividades da FOPE em ambientes escolares até a conclusão das investigações. O Sr. Davi agradeceu a oportunidade, e a reunião prosseguiu com os demais itens da pauta. **Comissões: Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e Formação:** A comissão analisou a documentação referente à renovação do registro da AEBAS, emitindo parecer favorável, o qual foi aprovado por unanimidade. Referente ao formulário do CMDCA enviado aos abrigos, foi recebido retorno do Abrigo Nova Direção sobre a participação de crianças e adolescentes em projetos e no programa Jovem Aprendiz. Considerando a ausência de resposta dos demais abrigos, a comissão decidiu reenviar a solicitação, destacando a importância do preenchimento e devolução do documento para que se possa realizar um mapeamento completo das atividades oferecidas aos acolhidos. Pamella sugeriu a realização de uma palestra sobre "Atendimento a Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista", utilizando recursos do FIA e considerando possíveis parcerias intersetoriais. Durante a plenária, a conselheira Ana relatou um caso ocorrido em Santa Catarina, em que um vizinho acionou a polícia (190) alegando que uma mãe estava sendo agredida pelo filho, mas tratava-se de uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ao chegar ao local, a mãe gritou que o filho era autista. A sirene foi imediatamente

Ata de Número 386, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2022/2024).

desligada, e um policial conseguiu acalmar a situação ao conversar com o menino, que estava revoltado por não ter recebido chocolate antes do almoço. Ana ressaltou a importância de saber como abordar situações dessa natureza. A conselheira Rosy compartilhou um caso ocorrido com um aluno do CADL, em que o comportamento da criança gerou uma denúncia equivocada por parte dos vizinhos, que acionaram uma facção criminosa. A facção acreditou que os pais estavam maltratando a criança e interveio, porém, a situação foi esclarecida. Rosy disse que orientou a mãe a colocar o símbolo do autismo na porta e a ajudou a plastificar o símbolo. A presidente questionou o público-alvo da palestra, e Ana esclareceu que seria destinada à rede de atendimento à criança e ao adolescente de Palhoça. Após a discussão, o plenário deliberou pela aprovação da capacitação para a rede de atendimento às crianças e adolescentes, do município de Palhoça. Em relação aos Planos Pedagógicos da entidade RENAPSI – Após análise, a comissão emitiu parecer favorável, o qual foi aprovado por unanimidade pelo plenário. Por fim, a comissão recebeu e analisou a lista de acolhidos do Abrigo Inovar.

**Comissão de Comunicação, Divulgação e Captação de Recursos-** a comissão discutiu os seguintes tópicos: organização da capacitação sobre o FIA, que será realizada em novembro. O evento, denominado "Café com Contadores e Empresários", visa apresentar a possibilidade de destinação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e Físicas para o FIA. Foi sugerido que o evento ocorra na primeira semana de novembro, com possíveis locais sendo as dependências da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) ou a Casa do Educador de Palhoça. A secretária executiva, Eriane, ficou responsável por verificar a disponibilidade do palestrante e dos locais sugeridos. Após a definição de data e local, será confeccionado um convite digital e um link para inscrição, a serem distribuídos ao público-alvo. A conselheira Rogéria solicitou a atualização do site do CMDCA, apontando a presença de informações desatualizadas. Eriane comprometeu-se a solicitar à assistente administrativa Huaina a revisão e correção dos dados necessários no site. A conselheira Pamella mencionou que, em visita aos abrigos institucionais, os monitores relataram a necessidade de capacitações. Pamella sugeriu que o CMDCA, com recursos do FIA, financie esses treinamentos. A secretária executiva recomendou que a proposta seja apresentada à Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e Formação para análise e deliberação.

**Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições-** A presidente Alexandra disse que a Comissão de Normas convidou o Sr. Edelvan Jesus para auxiliar na discussão sobre os critérios de utilização do recurso do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) e a aplicação da chancela conforme a Lei Federal nº 14.692. A presidente relatou que questionou o Sr. Edelvan sobre a legalidade de o CMDCA aprovar a destinação de recursos do FIA para a implementação de brinquedotecas em abrigos institucionais e Conselhos Tutelares do município. Anteriormente à reunião com o Sr. Edelvan, a presidente informou ter consultado a secretária executiva do CEDCA, que esclareceu que, por se tratar de um projeto inovador, o recurso do FIA poderia ser utilizado, devendo ser feito através de edital. Contudo, a secretária do CEDCA destacou que essa destinação não poderia incluir os Conselhos Tutelares. O Sr. Edelvan esclareceu



Ata de Número 386, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2022/2024).

que é possível destinar recursos do FIA para abrigos institucionais, com o objetivo de criar espaços que promovam a convivência social e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, conforme o artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa medida, no entanto, deve ser aprovada pelo CMDCA por meio de resolução específica, e os materiais necessários para as brinquedotecas devem ser adquiridos via processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente. Ele também destacou a importância de que a iniciativa esteja prevista no Plano de Ação e Aplicação do CMDCA, assegurando planejamento e transparência na utilização dos recursos. Em relação ao Conselho Tutelar, o Sr. Edelvan considerou inviável o uso de recursos do FIA para instalar brinquedotecas, visto que, de acordo com o artigo 134 do ECA, a responsabilidade de garantir condições adequadas para o funcionamento do órgão cabe ao município. Ele explicou que a natureza pontual dos atendimentos realizados pelos Conselhos Tutelares não justificaria a criação de espaços para atividades prolongadas com crianças e adolescentes. O Sr. Edelvan acrescentou que o CMDCA pode incluir no termo de referência do processo licitatório a lista de itens que devem compor as brinquedotecas, como livros e brinquedos adequados. A conselheira Alexandra sugeriu estabelecer um diálogo com as pedagogas dos abrigos, uma vez que elas possuem um conhecimento mais preciso das necessidades dos acolhidos. O Sr. Edelvan concordou e afirmou que, no termo de referência, será incluída uma justificativa detalhando os benefícios das brinquedotecas e como elas contribuirão para a convivência das crianças e adolescentes. Outro ponto discutido foi o edital de chamamento público. O Sr. Edelvan mencionou que não há necessidade de aprovação pela Câmara de Vereadores. Como há um edital em aberto, será consultado o Sr. Osvaldo Bossolan Neto, do Controle Interno, para esclarecimentos sobre a questão. Em seguida, foram debatidos pontos para a atualização da Resolução nº 001/2013, considerando os novos critérios de utilização dos recursos do Fundo e as diretrizes da Lei Federal nº 14.692. O Sr. Edelvan sugeriu o reajuste dos artigos 1º, 2º e 3º, enquanto os artigos 4º, 5º, 6º e 7º poderiam ser desconsiderados. Também recomendou incluir informações sobre a chancela, detalhando como será realizada e o percentual de retenção aplicável. Sobre a utilização de recursos para entidades governamentais, houve a sugestão de esclarecer se é permitida a construção em imóveis próprios ou alugados. Por fim, o Sr. Edelvan sugeriu que, para os projetos governamentais, seja exigida a apresentação de uma conta bancária específica para receber os recursos do FIA, facilitando a prestação de contas, a conselheira Ana ficou responsável por enviar o projeto da brinquedoteca dos abrigos. Deliberação do plenário: Foi aprovada por unanimidade a liberação de recurso do FIA para o projeto de brinquedoteca nos três abrigos institucionais do município. Foi solicitada a verificar o andamento das solicitações encaminhadas à Secretaria de Assistência Social, em decorrência das visitas realizadas aos abrigos. A conselheira Adriana Saraiva sugeriu a possibilidade de firmar parcerias público-privadas, visando que empresas "adotem" os abrigos institucionais. A presidente Alexandra mencionou que poderia verificar essa possibilidade com a Secretária de Desenvolvimento

Ata de Número 386, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2022/2024).

Econômico, Ana Paula Heiderscheidt Adegas, e com Osvaldo Bossolan Neto, da Controladoria. **Comissão de Apoio ao Conselho Tutelar**- Não houve pauta. **Comissão de Orçamentos e Finanças**- Não houve pauta. **Comissão Especial Eleitoral**- A presidente informou acerca da impugnação da candidatura de Maria Luiza Poeta. A conselheira Alexandra relatou que a candidata Maria Luiza Poeta a procurou após receber a impugnação, demonstrando desconhecimento sobre o processo. Segundo Alexandra, Maria Luiza não teria como saber da existência do Processo Administrativo Disciplinar (PAD), pois ainda não havia sido notificada formalmente, impedindo sua defesa. Maria Luiza apresentou provas, alegando que pretendia comparecer à ocorrência mencionada na impugnação, mas que foi impedida pelo colegiado. Durante a reunião da comissão a conselheira Pamella questionou a existência do PAD e expressou discordância sobre o possível afastamento de todo o colegiado, ressaltando que cada conselheiro tutelar responde individualmente por sua matrícula. Foi enfatizado o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal, observando que Maria Luiza não pode ser considerada culpada até decisão definitiva. Também foi mencionado que, conforme o Conanda, as medidas emergenciais adotadas em plantão devem ser comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação (art. 21, § 1º). Diante do exposto, a Comissão Eleitoral decidiu ACOLHER o pedido de impugnação apresentado pelo Ministério Público, por ter cumprido todos os requisitos legais previstos no edital. Quanto ao mérito, a comissão DECIDIU NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo e deferindo a inscrição de Maria Luiza Poeta, em respeito ao princípio da presunção de inocência, conforme disposto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988. Foi registrado que a conselheira Pamella absteve-se do voto. A conselheira Ana solicitou que fosse registrado em ata a existência de um Processo Administrativo Disciplinar em aberto para apuração pelo município. **Outras deliberações/informações relevantes:** **1)** A apresentação, já constando em pauta, ocorreu no início da plenária, realizada pelo Sr. Davi Moretto, que abordou temas relacionados à Força Pré-Militar Brasileira (FOPE). **2)** Ofício 220/2024/GAB/SME- O ofício, enviado por e-mail, informa sobre a reunião com a FOPE e encaminha o Termo de Esclarecimentos do departamento jurídico da FOPE. **3)** Edital de Chamamento Público nº 03/2023- A presidente Alexandra informou que, após conversar com Osvaldo, ele explicou que, uma vez aprovada pela Câmara de Vereadores, ele e o procurador Luciano irão elaborar um Termo Aditivo, permitindo às entidades a execução dos projetos no próximo ano. **Ratificação das Deliberações realizadas via Grupo WhatsApp da Gestão 2022-2024:** **1)** Dia 29/08: Escolha da data para a capacitação com o Dr. Murillo Digiacomo, com 6 votos para o dia 18/10, 4 votos para o dia 25/10 e 2 votos para o dia 15/10. No entanto, após a solicitação de confirmação para o dia 18/10, o Dr. Murillo perguntou se poderíamos antecipar a capacitação para algum dia na semana de 07 a 11 de outubro. Após votação no Grupo dos Conselhos Tutelares, o dia escolhido foi 11/10, com 6 votos. **2)** Dia 29/08: Aprovação do Edital do Processo Suplementar do Conselho Tutelar, com 13 votos a favor. **3)** Dia 06/09: Encaminhamento de todas as denúncias

Ata de Número 386, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2022/2024).

relacionadas ao FOPE para o Ministério Público, com 16 votos a favor. **Documentos enviados:** Memorando 85.174 às SME/SMMP/SMF/SMAS/SMS/SMSP: solicitação de representantes das secretarias para compor a gestão do CMDCA 2024-2026. Circular 85.369 a todos os setores: divulgação do Edital do Processo de Escolha Suplementar do Conselho Tutelar. Memorando 86.872 à SME: solicitação de informações sobre quais dias seriam mais adequados para a Secretaria de Educação, a fim de organizar a agenda da capacitação sobre Escuta Especializada. Memorando 89.212 à CCS: Solicitação de cobertura de evento do Programa SER Criança. Circular 87242 para diversos setores: comunica inscrições abertas para a capacitação sobre a Redução da Violência contra Criança na Primeira Infância. Memorando 88743/2024 aos Abrigos Institucionais: atualização de dados sobre a participação de crianças e adolescentes em projetos sociais e/ou no Programa Jovem Aprendiz. Memorando 88.329/2024 ao Setor de compras: encaminhamento da Resolução n. 62/2024, que dispõe sobre a liberação de recursos financeiros, através do FIA, para custear despesas com o serviço de coffee break em capacitação promovida pelo CMDCA. Memorando 89.583/2024 à FMP: pedido de reserva de auditório para a capacitação do fundo do FIA e do Fundo do Idoso. OFÍCIO 035/2024/CMDCA ao CDL: solicita disponibilização de espaço no CDL Palhoça para a realização de um evento sobre Lei de Incentivo Fiscal, com foco no FIA e no Direito da Pessoa Idosa, a realizar-se em 06 de novembro de 2024. OFÍCIO 036/2024/CMDCA ao TREC: solicitação de empréstimo de urnas eletrônicas e lista de eleitores para o Processo de Escolha Suplementar do Conselho Tutelar. OFÍCIO 037/2024/CMDCA ao TREC: retificação do Ofício 36/2024/CMDCA - solicitação de empréstimo de urnas de lona e lista de eleitores. OFÍCIO 038/2024/CMDCA ao MPSC: encaminhamento do Edital do Processo de Escolha Suplementar do Conselho Tutelar. OFÍCIO 039/2024/CMDCA ao MPSC: informação de que a eleição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar está programada para ocorrer após o pleito eleitoral municipal. OFÍCIO 040/2024/CMDCA ao MPSC: comunicação sobre a atuação da empresa Força Pré-Militar Brasileira (FOPE) em Palhoça. OFÍCIO 041/2024/CMDCA ao TCE: solicitação de orientação sobre execução de projetos e uso de recursos do FIA. **DOCUMENTOS RECEBIDOS:** 1) Recebimento dos relatórios das visitas realizadas em conjunto com o Ministério Público aos abrigos. 2) Ofício 881/MP: recebido para conhecimento, a carta de compromisso com a Primeira Infância proposta para a assinatura dos candidatos a prefeito do município de Palhoça. 3) Ofício 904/MP: requisição de documentos e informações acerca do processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar. **Publicações Efetuadas:** RESOLUÇÃO 51/2024/CMDCA: Dispõe sobre a aprovação e liberação de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para custeio de capacitação das equipes técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas. RESOLUÇÃO 52/2024/CMDCA: Dispõe sobre a aprovação do Edital n. 02/2024 do Processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar para o mandato 2024-2028. RESOLUÇÃO 53/2024/CMDCA: Dispõe sobre a aprovação e liberação de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e



Ata de Número 386, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2022/2024).

247 Adolescência - FIA para custeio de locação de Rua de Lazer para atividade do Programa  
248 de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), conforme Pregão Eletrônico 19/2024.  
249 RESOLUÇÃO 54/2024/CMDCA: Dispõe sobre a renovação de registro das entidades não  
250 governamentais inscritas no CMDCA de Palhoça: Associação João Paulo II, Associação  
251 Du Projetus e Conselho Comunitário do Furadinho. RESOLUÇÃO 55/2024/CMDCA:  
252 Retifica a Resolução nº 47/2024, que alterou a composição das Comissões Permanentes  
253 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Palhoça.  
254 RESOLUÇÃO 56/2024/CMDCA: Altera a composição da Comissão de Processo  
255 Administrativo Disciplinar (PAD) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
256 Adolescente de Palhoça. RESOLUÇÃO 57/2024/CMDCA: Dispõe sobre a aprovação da  
257 cédula eleitoral e demais normas eleitorais referentes ao Edital 002/2024 do Processo  
258 de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar para o Quadriênio.  
259 RESOLUÇÃO 58/2024/CMDCA: dispõe sobre a divulgação da lista dos candidatos  
260 inscritos e estabelece o prazo de impugnação das candidaturas. RESOLUÇÃO  
261 59/2024/CMDCA: Dispõe sobre a aprovação, sem ressalvas, da LOA 2025. RESOLUÇÃO  
262 60/2024/CMDCA: Dispõe sobre a apreciação dos Balancetes Financeiros do Fundo  
263 Municipal da Infância e Adolescência- FIA, de março a julho de 2024. RESOLUÇÃO  
264 61/2024/CMDCA: Dispõe sobre a concessão de registro para a entidade “Instituto Ben”.  
265 RESOLUÇÃO 62/2024/CMDCA. Dispõe sobre a liberação de Recursos Financeiros,  
266 através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, para custear despesa com  
267 serviço de Coffee break, em capacitação promovida pelo CMDCA. Nada mais havendo a  
268 tratar, a presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, da  
269 qual, para constar, eu, Eriane Martins, lavrei a presente ata, que se aprovada, será  
270 assinada pelos membros participantes. Palhoça, 24 de setembro de 2024. +++++++  
271 Adriana Lamin \_\_\_\_\_  
272 Adriana Saraiva Machado Leão \_\_\_\_\_  
273 Alessandra Seemann \_\_\_\_\_  
274 Alexandra Bianca de Souza \_\_\_\_\_  
275 Ana Paula Machado \_\_\_\_\_  
276 Ariane Carla Adriano Mafra \_\_\_\_\_  
277 Ariany Souza Rodrigues \_\_\_\_\_  
278 Daniela da Silva Bombazaro \_\_\_\_\_  
279 Deisi Seemann \_\_\_\_\_  
280 Eriane Martins \_\_\_\_\_  
281 Huaina Schmitz \_\_\_\_\_  
282 Janete da Silva Marcos \_\_\_\_\_  
283 Maria Aparecida da Silva Martins \_\_\_\_\_  
284 Rosy Ellen Bento Neves Mathias \_\_\_\_\_  
285 +++++++  
286 +++++++  
287 +++++++